



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Emenda Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

PROPOSIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
<b>PL 5139.2009</b>	( ) SUPRESSIVA ( ) SUBSTITUTIVA ( ) ADITIVA ( ) AGLUTINATIVA (x) MODIFICATIVA -----

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
<b>DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES</b>	<b>DEM</b>	<b>PE</b>	<b>1/1</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

**Dê-se ao artigo art. 56 do substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.139, de 2009 a seguinte redação:**

**Art. 56. A sentença do processo coletivo condenará o vencido ao pagamento das custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, bem como dos honorários de advogado, calculados na forma da legislação processual em vigor.”(NR)**

**JUSTIFICATIVA**

A responsabilidade na proposição de ações coletivas deve ser estimulada com a imposição de riscos e custos aos autores coletivos, que pelo projeto são dispensados do pagamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem são condenados em honorários de advogados, salvo comprovada má fé (art. 55, parágrafos 1 e 2).

A proposição fere o princípio da isonomia, estimula a litigiosidade e não exige qualquer responsabilidade ou confere qualquer risco ao autor coletivo, o que pode levar a proposição de ações temerárias e infundadas.

Tal previsão não impede o acesso ao judiciário, pois os menos favorecidos poderão se utilizar da defensoria pública, do Ministério Público ou fazerem a declaração de pobreza, a fim de se isentarem das custas e honorários advocatícios, como prevê o CPC.

Por outro lado, os juízes saberão dosar com razoabilidade os honorários em cada caso.

**Brasília, 24 de setembro de 2009.**

**Deputado**